

ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: RELATO SOBRE ATIVIDADE DE PESQUISA NO NUPED - IFRN

Maria Adilina Freire | Jerônimo de Andrade | Joaracy Lima de Paula
José Mateus do Nascimento | Mylenna Vieira

RESUMO

O presente trabalho configura-se em uma pesquisa empírica e de revisão bibliográfica que visa apresentar como ocorre o estágio de docência no âmbito do mestrado em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, destacando as contribuições em uma das vertentes desse estágio, a pesquisa. Inicialmente se faz um breve resgate histórico acerca da Educação Profissional de Jovens e Adultos no cenário nacional, buscando refletir sobre essa modalidade de educação. Em seguida apresentamos as contribuições das atividades de pesquisa desenvolvidas no NUPED, sobre o projeto de pesquisa sobre a especialização Proeja. Para tanto, nos fundamentamos em autores como Freire (1975), Ferreira (2010), Gadotti (2011), Moura (2006). A pesquisa no âmbito do Mestrado em Educação Profissional constitui rica fonte de conhecimento e experiências para a vida acadêmica, sendo requisito fomentador de significativa vivência na trajetória de formação dos pós-graduandos.

Palavras-chave: Estágio de Docência. Pesquisa. Proeja.

ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: RELATO SOBRE ATIVIDADE DE PESQUISA NO NUPED - IFRN

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática principal o Estágio de Docência no âmbito do Mestrado em Educação Profissional, destacando a vertente da pesquisa como uma das possibilidades da realização desse estágio. Tem como objetivo expor como ocorre a pesquisa no *locus* dos grupos de pesquisa do NUPED, mas especificamente o grupo de pesquisa que investiga a Especialização Proeja-IFRN (2006-2009): contribuições para a formação e a prática profissional dos egressos.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN) surge como o pioneiro no Brasil e tem como objetivo principal contribuir para a elevação da qualidade social da Educação Profissional, considerando as suas interrelações com a Educação Básica, em espaços escolares e não escolares, por meio da produção do conhecimento do campo de estudo das políticas, da formação docente e das práticas pedagógicas em Educação Profissional. Assim, foram definidas duas linhas de pesquisa: Política e Práxis em Educação Profissional e Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

O estágio de docência é componente obrigatório do currículo do Mestrado no PPGEP/IFRN cujo projeto determina que um professor permanente do Programa coordenará atividades de ensino, coorientação em atividades de iniciação científica, projetos integradores, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou equivalente em cursos de graduação ou de ensino médio integrado a cursos técnicos (regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA) e que o discente mestrando direcione as suas ações em ensino e pesquisa e/ou extensão.

O estágio é um componente curricular e eixo central nos cursos de formação de professores e apresenta aspectos indispensáveis à construção do ser profissional docente no que se refere à construção da identidade, dos saberes e das posturas necessárias.

Acrescenta Pimenta e Lima (2012, p.45):

[...] o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá.

Assim, o estágio de docência possibilita que sejam pensados e repensados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente.

As atividades no Estágio de Docência devem interagir com o objeto de pesquisa da dissertação do mestrado, para que favoreça reflexões sobre Educação Profissional, em nosso caso, sobre a Educação de Jovens e Adultos e formação de educadores para atuação no Proeja.

Para melhor compreensão acerca da EJA e Proeja, a seguir apresentamos um breve histórico da EJA no contexto da Educação Profissional. Dando continuidade ao trabalho, relatamos como foi a participação no grupo de pesquisa sobre o Proeja, como uma das etapas do Estágio de Docência.

2 EJA E PROEJA NA ESTEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação se constrói, historicamente, de acordo com as necessidades da sociedade, o que faz surgirem novas diretrizes curriculares que são inseridas em um contexto social e verificado a sua aplicabilidade enquanto política pública.

Nesse cenário é interessante destacar como as mudanças nos modos de produção capitalista repercutem sobre a escola a fim de adequar sua oferta de formação para atender às necessidades momentâneas do sistema e para superar as crises cíclicas sofridas pelo mesmo ao longo da história.

No tocante à Educação de Jovens e Adultos, a dificuldade surge em consequência de políticas deficientes que não atenderam as necessidades específicas desse grupo.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil nasceu no cenário da sociedade civil, resultado das deficiências do Sistema Educacional que ocasionaram ações governamentais de políticas assistencialistas, populistas e compensatórias.

Os primeiros registros apontam para os jesuítas, no Brasil colônia, catequizando as nações indígenas. No Império, os primeiros indícios do Ensino Noturno para adultos foram denominados Educação ou Instrução Popular.

A transição para a República trouxe movimentos contra o analfabetismo por interesse no voto e ascensão social. Mas, é a partir da década de 1930, com o surgimento do Movimento Escola Nova e com as transformações econômicas e sociais, decorrentes do processo de industrialização e urbanização, além de constar na Constituição de 1934 a inclusão do Ensino Primário gratuito obrigatório para a população, que a educação voltada a adultos delimita seu lugar no Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, de acordo com Paiva (2003, p.215) tem seu marco inicial na década de 1940, sobretudo em 1947, por meio do I Congresso Nacional de Educação e Adultos. Segundo Moacir Gadotti (2011), a história da Educação de Adultos, propriamente dita, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos: de 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”; de 1958 a 1964, período em que se colocou em prática o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964; e no governo militar com campanhas como a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e, posteriormente, com o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

O MOBREAL foi criado por meio da Lei no 5.379/67, em pleno regime militar e diante de um Brasil cheio de analfabetos e estagnado em subdesenvolvimento. Tal movimento foi idealizado em busca de alternativas para dar respostas às críticas feitas ao Programa Cruzada ABC que recebia apoio do Estado.

Com a “redemocratização”, em 1985 (Nova República), O MOBREAL é extinto e cria-se a Fundação Educar, com objetivos mais democráticos, porém com menos recursos. Em seguida, no ano de 1989, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, com a finalidade de preparar o Ano Internacional da Alfabetização que ocorreria no ano seguinte, e continua até hoje com o objetivo de elaborar diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização a longo prazo que nem sempre são assumidas pelo governo federal.

Percebe-se, assim, que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, segundo Moura (2006, p.5):

[...] é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de

iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado.

A nova LDB 9.394/96 não trouxe muitas mudanças em relação à Educação de Jovens e Adultos: há uma reafirmação do direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos. A novidade foi quanto ao rebaixamento das idades mínimas para que os candidatos se submetam aos exames supletivos, fixadas em 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Outra consideração a ser feita foi a abolição da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, integrando organicamente a educação de jovens e adultos ao ensino básico comum.

Após a LDB, durante alguns anos, a educação de jovens e adultos permaneceu sem novidades sob a ótica da legislação. Entretanto, muitos acontecimentos nessa área foram realizados: Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em 1996; a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, em 1997; o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA. Esses espaços de discussões e articulações colaboram para elaboração de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, sendo compatíveis com as especificidades e necessidades educacionais heterogêneas, além de serem espaços de vozes dos sujeitos de diferentes contextos sociais e culturais.

Porém, sem dúvida, um marco para a Educação de Jovens e Adultos, articulada com a Educação Profissional foi o Proeja, criado em 2005, e que está posto a partir da ação legal do Governo Federal no que se refere ao cumprimento de sua obrigação conforme art. 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O PROEJA é uma ação política, cumprida pelo Estado para atender ao direito social dos cidadãos que não possuem escolaridade e que não tiveram oportunidade de cursar a educação básica em idade própria, ficando excluídos da escola e, conseqüentemente, do mundo do trabalho.

Com isso, não podemos dissociar o Proeja das discussões aqui apresentadas, visto que conforme afirma Ferreira (2010, p.88):

[...] consideramos um avanço à edição de um decreto voltado a fomentar a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito das escolas técnicas federais (atual Instituto Federal) e, especialmente, uma formação desenvolvida sob a perspectiva da integração da formação acadêmica e formação para o trabalho, não obstante o instrumento jurídico ser um decreto.

O Proeja, como parte de uma política de inclusão social voltada ao atendimento de jovens e adultos com distorção idade e série, é uma proposta diferente das outras apresentadas, visto que contempla o aumento do nível de escolaridade, articulado com a Educação Profissional, e visa possibilitar ao aluno um ambiente propício para aliar teoria e prática, contemplando suas histórias de vida, seus saberes e diversidades, a fim de que os discentes tenham condições de continuidade dos seus estudos e se integrem com os conteúdos de formação profissional. Por isso, Moura (2006, p.34-35) afirma:

Educar jovens e adultos, em última instância, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isto se faz desde o lugar que passam a ocupar políticas públicas, como sujeitos de direitos. Nenhuma aprendizagem, portanto, pode-se fazer destituída do sentido ético, humano e solidário que justifica a condição de seres humanizados, providos de inteligência, senhores de direitos inalienáveis.

Para isso, novas políticas são necessárias para atender à formação continuada de professores, por ser um campo específico de conhecimento, com o intuito de atender e corresponder as necessidades mínimas exigidas para o sucesso dessa modalidade.

E é sobre essa formação continuada de professores específica ao campo da Educação de Jovens e Adultos que o Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), se dedica a investigar as contribuições que a Especialização Proeja-IFRN (2006-2009) proporcionou para a formação e a prática profissional de seus egressos. Pesquisa essa da qual fazemos parte e sobre a qual discorreremos a seguir para melhor compreensão de como se dá o Estágio de Docência no âmbito do Mestrado em Educação Profissional na vertente da pesquisa.

3 A PESQUISA COMO UMAS DAS VERTENTES DO ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação como direito de todos nem sempre tem chegado de fato a todos. Ao longo de sua história ela foi determinada pelo contexto político-econômico. E nesse sentido, muito foram marginalizados em detrimento da formação de qualidade destinada a um grupo restrito. Uns desde cedo eram separados para o trabalho manual, técnico, enquanto outros, assumiam o trabalho intelectual. A instrução básica para os primeiros, ao passo que uma longa jornada formativa para os que assumiriam o trabalho intelectual, as funções de dirigentes.

Na atualidade, quando voltamos nosso olhar para o universo da Educação de Jovens e Adultos percebemos que sua demanda tem crescido a cada dia, porém permanece deixada “de lado”. Então, pensar e repensar sobre essa modalidade e as condições que se impõe a ela faz-se necessário, refletindo sobre as políticas de formação docente capazes de atender tal demanda e sobre a qualidade/condições de sua oferta. Foi sobre esse universo que nos pomos a refletir quando nos vinculamos ao a um núcleo de pesquisa sobre educação. Portanto, além das atividades de ensino desenvolvidas ao longo do Estágio de Docência, começamos a participação como membro de um grupo de pesquisa em educação.

Esse Núcleo de Pesquisa em Educação foi criado em 2004 no *Campus* Natal Central do IFRN e tem como objetivos contribuir na orientação de monografias de alunos dos cursos de licenciatura e de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional), bem como, possibilitar a integração intra e interinstitucional de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento na elaboração e no desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas de políticas educacionais da educação profissional, formação docente, inicial e continuada, e Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional. Além de divulgar as pesquisas realizadas em eventos acadêmicos e publicações em periódicos especializados e livros.

Atualmente, o núcleo de pesquisa vem trabalhando em pesquisa com foco em: Licenciaturas, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Esta última, da qual fazemos parte, foi submetida e aprovada pelo Edital Universal CNPq (MCTI/CNPq n.014/2013)., o projeto tem como objetivo principal investigar sobre as contribuições do Curso de Especialização Proeja, em turmas ofertadas nos Municípios de Natal, Currais Novos e Mossoró no período de 2006 a 2009, para a formação e a prática profissional de egressos. Para tanto, traz como objetivos específicos: construir um mapeamento sobre o campo profissional de atuação dos egressos dos Cursos de Especialização Proeja-IFRN em questão; analisar aplicabilidade dos conhecimentos apropriados nos Cursos de Especialização Proeja-IFRN e a relação com o campo profissional dos egressos; e compreender como a referida formação *lato sensu* influenciou na consolidação do campo de atuação da educação profissional integrada à educação de pessoas jovens e adultas no contexto em estudo.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - Especialização Proeja foi desenvolvido em oito polos do IFRN (Natal Central, Natal Zona Norte, Mossoró, Currais Novos, Macau, Apodi, Pau dos Ferros e Caicó). No entanto, foi eleito como campo de pesquisa apenas três polos de formação desses profissionais da educação (Natal Central, Currais Novos e Mossoró), em razão deles terem abrigado mais de uma edição do Programa, com formação de nove turmas em anos consecutivos (de 2006 a 2009), totalizando 222 alunos concluintes e o envolvimento de 80 docentes.

Essa pesquisa se engaja na reflexão sobre a função social e pedagógica da formação oportunizada por cursos de especialização dessa natureza e as contribuições que trazem para a área de conhecimento e atuação dos profissionais da educação profissional integrada à educação permanente de pessoas jovens e adultas. A metodologia utilizada encontra respaldo na abordagem qualitativa, por seu caráter analítico, interpretativo e reflexivo no que tange aos dados coletados, abarcando as dimensões de estudo exploratória e explicativa. Para tanto, houve um direcionamento bibliográfico e documental necessário à elaboração de fichas de análises, questionários, roteiro de entrevistas.

A fim de confrontar os dados em processo de coleta, a pesquisa tem se fundamentado em autores do campo da Educação Profissional, como MOURA (2006), MANFREDI (2002), FRIGOTTO (2005) e RAMOS (2005), bem como em autores do campo da formação de professores: KUENZER (2005,2011), além do embasamento legal.

Para tanto, os encontros do grupo, ocorreram quinzenalmente, às quintas-feiras, no período de 16/10/2014 a 20/03/2015, no turno vespertino, das 16h30min às 18h, na sala de aula do Mestrado, na Diretoria Acadêmica (DIAC) do *Campus* IFRN/ Natal Central.

As atividades da pesquisa ocorrem de forma dialogada, com discussões e percepções das progressões das ações propostas. As ações realizadas até o momento foram: estudo teórico de referências bibliográficas que integram a Educação de Jovens e Adultos, o Ensino Médio e a Educação Profissional, além de formação de professores para o Proeja; comparações entre os Projetos dos anos de 2006 a 2008, para fins de identificação das diferenças entre eles, seus avanços e/ou retrocessos, assim como para definir as categorias de análises dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos concluintes desse período; e análises dos TCCs dos concluintes dos anos 2006 e 2007 (a partir das categorias previamente definidas).

No que tange à análise dos TCCs, foram distribuídos em média oito trabalhos (cinco de 2006 e três de 2007) para cada pesquisador, que os lia, estudava individualmente, em seguida, preenchia e enviava a ficha de análise para o e-mail (tccProeja@gmail.com) antes dos encontros presenciais para registro e arquivamento, bem como para viabilizar o acesso dos demais pesquisadores às análises realizadas. Nos momentos presenciais, socializávamos nossas impressões acerca das leituras, avaliando quais categorias estavam presentes nos TCCs lidos. Foram doze as categorias analisadas:

- Pertinência do estudo para o campo da Educação Profissional e para o Proeja;
- Atendimento aos objetivos propostos no projeto (Inovação e diversificação das práticas pedagógicas e Elaboração teórica sobre a integração entre os campos da EB, EP, EJA);
- Interdisciplinaridade;
- Relação teoria-prática;
- Relação com os temas dos seminários temáticos (Leitura e produção de textos,
- Diversidade Cultural e Inclusão Social, Cooperativismo e Economia Solidária);
- Inovação e ressignificação das práticas pedagógicas e docentes no Proeja;

- Ensino e aprendizagem (discussão teórico-conceitual e/ou análise de situações que empregam diferentes estratégias de ensino e aprendizagem no Proeja);
- Gestão (discussão teórico-conceitual e/ou análise de situações que empregam diferentes Gestão no Proeja);
- Currículo EJA/Proeja (discussão teórico-conceitual e/ou análise de situações concretas relacionadas ao tema);
- Processos culturais;
- Política pública;
- Relação com disciplina/eixo.

Em relação a esta última categoria, foram analisadas as disciplinas dos Módulos 1 e 2, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Disciplinas-eixo presentes no Projeto Proeja (Módulos 1 e 2)

| Módulo 1- PROEJA: trabalho, política e gestão educacional | |
|---|----------------------------|
| 1º Módulo | |
| Disciplina | Carga horária (h/a) |
| - Concepções e princípios da EP, da EB da EJA | 60 |
| - Políticas e legislação educacional | 60 |
| - Produção textual e a prática da pesquisa em EJA | 40 |
| - Gestão democrática | 40 |
| - Carga horária de disciplinas (h/a) | 200 |
| Carga horária do módulo: disciplinas (200h) + Artigo científico (20h) | 220 |
| Módulo 2- PROEJA: currículo, práxis pedagógica e processos de aprendizagem | |
| 2º Módulo | |
| Disciplina | Carga horária (h/a) |
| - Concepções curriculares em EP, em EB e em EJA | 60 |
| - Didática em EP, em EB em EJA | 70 |
| - Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos | 50 |
| - Diversidade cultural e inclusão social | 20 |
| - Carga horária de disciplinas (h/a) | 200 |
| Carga horária do módulo: disciplinas (200h) + Artigo científico (20h) | 220 |
| Carga horária total do curso | 440 |

Fonte: Projeto Pedagógico Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

Durante o semestre 2014.2 nossos encontros da pesquisa foram distribuídos de acordo com o quadro explicativo a seguir que identifica as datas e as ações realizadas.

Quadro 1 – Atividades da Pesquisa no semestre 2014.2

| Carga-horária total: 30 horas | |
|---|-------------|
| Cronograma das atividades presenciais (14 horas) | |
| Data | Ação |
| | |

Carga-horária total: 30 horas

Cronograma das atividades presenciais (14 horas)

| | |
|------------|---|
| 23/10/2014 | Análise coletiva de TCC - Concluinte da Especialização Proeja – Edição 2006 (que apresentou em 2007) |
| 27/11/2014 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2006 (que apresentaram em 2007) |
| 11/12/2014 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2006 (que apresentaram em 2007) |
| 22/01/2015 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2006 (que apresentaram em 2007) e Edição 2007 (que apresentaram em 2008, 2009 e/ou em 2010) |
| 19/02/2015 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2007 (que apresentaram em 2008, 2009 e/ou em 2010) |
| 05/03/2015 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2007 (que apresentaram em 2008, 2009 e/ou em 2010) |
| 19/03/2015 | Socialização da análise individual de TCCs - Concluintes da Especialização Proeja – Edição 2007 (que apresentaram em 2008, 2009 e/ou em 2010); Sistematização das análises e encaminhamentos das ações futuras da Pesquisa. |

Outras atividades complementares não-presenciais (16 horas)

- Revisão bibliográfica com temáticas sobre: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação Básica;
 - Realização do relatório parcial da pesquisa PROEJA para ser enviada ao CNPQ;
 - Tabulação, análise dos dados e sistematização dos TCCs;
 - Elaboração dos instrumentos de coletas de dados e a realização da pesquisa de campo - entrevistas (professores e coordenadora) e aplicação de questionários (alunos).
-

Fonte: Elaboração própria, de acordo com as práticas da pesquisa vivenciadas.

Algumas ações foram previstas *a posteriori*, e não estão inseridas nessas 30 horas acima descritas, como a elaboração dos instrumentos de coletas de dados e a realização da pesquisa de campo: entrevistas com professores e coordenadora do curso; aplicação de questionários com alunos concluintes das turmas de 2006, 2007 e 2008, dos *Campi* de Natal Central, Mossoró e Currais Novos. Estão previstas ainda publicações de artigos em congressos nacionais e internacionais e em livros, bem como a elaboração do relatório final com as sistematizações e com as considerações relevantes das análises realizadas dos TCCs, previstos até outubro de 2015.

Desta feita, a Pesquisa como método formativo, segundo Pimenta e Lima (2012) possibilita por um lado a ampliação e análise dos contextos estudados e, por outro, viabiliza o desenvolvimento de posturas e habilidades. Isso tudo, nos foi proporcionado na Pesquisa descrita, pois nos permitiu compreender e refletir sobre a proposta do projeto do curso de especialização, os sujeitos envolvidos, os contextos de suas aplicações, os TCCs produzidos, e, sobretudo, as implicações da formação diante da prática profissional, proporcionando, assim, o amadurecimento para o desenvolvimento de outros projetos de temáticas afins ou não, visto que as metodologias utilizadas favorecem a reflexão de outros fenômenos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio docente possibilitou, de acordo com suas proposições, constantes reflexões dialógicas entre teoria e prática, bem como contribuições de favorecimento de aprendizagem com os alunos e outros envolvidos no processo, seja pelo ensino, pela pesquisa ou pela extensão. Desse modo, foi favorecido o amadurecimento de postura crítico-reflexiva sobre a atuação docente e a ação do sujeito pesquisador.

No que tange à Pesquisa, destacamos o desenvolvimento de habilidades para a formação de um pesquisador a partir de práticas de leituras e reflexões teóricas que busquem qual melhor caminho a se seguir para selecionar de forma mais coerente os instrumentos que direcionem para os objetivos propostos no projeto da Pesquisa. Bem como, as leituras realizadas que favoreceram a escrita da dissertação, a partir de fundamentações teóricas discutidas e/ou sugeridas nos encontros, fazendo-nos entender também como o Curso de Especialização PROEJA/IFRN foi conduzido, compreendendo as metodologias utilizadas e conteúdos ofertados. Experiência significativa na formação de um pós-graduando, pesquisador.

Por fim, consideramos que o estágio de docência fomenta a prática integradora entre as dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Isso se justifica pelo fato da pesquisa articulada a Educação Profissional buscar compreender ações direcionadas a este tipo de educação. Oportunizando assim ao mestrando a revisão das hipóteses de pesquisa, construção de novos conhecimentos e saberes e o desenvolvimento da criticidade.

Experiência indispensável ao pesquisador em formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal no 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação**

Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA Formação inicial e continuada / Ensino fundamental. Documento Base, 2007.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Edna Castro. Entre a inclusão social e a integração curricular: os dilemas políticos e epistemológicos do PROEJA. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.1,n.1,p.87-108, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1975. GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**.12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Dante Henrique. EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio. In: **Projeto Salto para o Futuro**. Ministério da Educação. Boletim 16. Setembro 2006.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. 6.ed., ver.,eempl. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. In: **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v.1, p. 131-152, 2003.